

## Relacionamento inter-étnico em Macau: Encontros desencontrados de Culturas<sup>1</sup>

*Inês da Costa Pessoa*<sup>2</sup>

---

### 1. Introdução

Finalizado o longo ciclo da Administração portuguesa em Macau e passados poucos meses da recuperação do exercício de soberania do território pela República Popular da China em 20 de Dezembro de 1999, pareceu-nos pertinente avançar com algumas pistas de reflexão em torno do relacionamento inter-étnico promovido, no decurso dos anos 80 e 90, pelas três principais comunidades presentes no território - chinesa, macaense e portuguesa - à luz de um conjunto de biografias de jovens oriundos de Portugal que passaram a sua adolescência (total ou parcial) e, em certos casos, também a infância naquela cidade durante as duas décadas referidas.

Reconhecemos que a caracterização dos estilos de convivência estabelecidos entre tais grupos populacionais é enunciada por olhares particulares: olhares juvenis próprios de uma fase da vida povoada de expressões culturais e simbólicas peculiares que simultaneamente marcam e se deixam marcar pelos traços inerentes a esse período; olhares portugueses reveladores de um estatuto étnico-social outrora detido e hoje reflexivamente reconhecido; olhares ocidentais mais ou menos viciados sobre o oriente que foi morada; olhares distantes e parcialmente distanciados de um passado algo recuado, agora evocado por intermédio de memórias. Memórias enunciadoras de visões, imagens e representações impossíveis de ser absolutizadas como representativos únicos e exclusivos daquela realidade, mas antes encarados como verdades singularmente sentidas e vividas. Memórias extremamente valiosas porque constitutivas de testemunhos sobre narrativas reconstruídas que nem por isso deixam de ser menos reais.

Os depoimentos por nós recolhidos foram enunciados por indivíduos do sexo feminino e masculino, inseridos num escalão etário que compreende idades dos 17 aos 32 anos. Residem em Portugal, na área da Grande Lisboa, são solteiros e habitam sozinhos, com os pais ou um parceiro. Alguns estão ainda a investir na sua formação escolar enquanto outros encontram-se já inseridos no mercado de trabalho. Depreendemos que o perfil dos seus pais no que respeita a graus de escolarização (do total somente dois não são licenciados) e desempenho profissional (Economistas, Juristas, Médicos, Engenheiros, Professores) contribuiu quase decisivamente para a efectivação do trajecto Portugal - Macau. Apesar de não termos averiguado acerca dos rendimentos de cada agregado familiar, a oportunidade de tomar contacto com algumas das respectivas esferas domiciliárias e a percepção de determinadas expressões de estilos de vida, levaram-nos a enquadrá-los, em termos de posicionamento na estrutura social, nas categorias relativas à pequena ou média burguesia<sup>3</sup>.

Até ao momento que antecedeu a partida para Macau não existia, aparentemente, qualquer tipo de ligação entre estes jovens, à parte de serem crianças ou adolescentes portugueses que desenvolviam práticas comuns próprias da sua idade ou da classe social de pertença. Não residiam na mesma

---

<sup>1</sup> Trabalho desenvolvido no âmbito da dissertação de Mestrado em Comunicação, Cultura e Tecnologias da Informação realizado no ISCTE, sob orientação do Professor Doutor José Machado Pais.

<sup>2</sup> Assistente de Investigação no Observatório de Relações Exteriores da Universidade Autónoma de Lisboa.

<sup>3</sup> Essencialmente Pequena-Burguesia Técnica e de Enquadramento ou de Execução (Almeida et al, 1988, 14-15)

zona, não estudavam na mesma escola, não partilhavam os mesmos espaços de referência.

Hoje, pelo contrário, vislumbra-se nas trajectórias pessoais destes agentes um forte denominador comum, designadamente, o facto de terem passado uma significativa quota parte das suas vidas no território chinês, onde uma importante parcela do seu processo de socialização e constituição identitária se desenrolou, experiência iniciada entre os dois e os catorze anos e fruída por um período de tempo variável, sendo que a duração da estadia no sul da China oscilou entre os três e os doze anos de permanência.

As razões subjacentes à deslocação destes indivíduos para Macau são relativamente homólogas: os pais integraram o conjunto dos cerca de 7000 funcionários portugueses que, desde inícios dos anos 80, foram requisitados para exercer Comissões de Serviço na cidade, preenchendo uma das mais profundas lacunas daquela região – um acentuado défice de trabalhadores qualificados.

Adicionalmente, a presença em Macau de profissionais especializados oriundos de Portugal legitimava-se, do lado da sociedade receptora, por questões linguísticas: o português, idioma oficial a par do chinês, era dominado por um ínfimo fragmento dos habitantes – aproximadamente 3% - provavelmente os luso-descendentes cultivadores da ancestralidade portuguesa e um núcleo de chineses que com ou sem qualquer tipo de ligação a Portugal pretendiam, por meio da respectiva língua, integrar-se na Administração Pública do território.

Fortemente correlacionados com os motivos de tão almejada transferência de técnicos e especialistas portugueses para Macau encontram-se alguns dos elementos explicativos dos estatutos por eles detidos aquando da chegada ao local de destino. De indivíduos habitualmente anónimos no país de partida, não foram poucos os que quase instantaneamente passaram a adquirir uma relevante capacidade distintiva naquela cidade chinesa, em virtude do grupo étnico de pertença (conotado com diversas expressões de poder) e dos cargos profissionais socialmente prestigiados ocupados.

Seria, todavia, ingénuo da nossa parte acreditar numa representação da comunidade portuguesa composta exclusivamente de “notáveis”, como se de um aglomerado económica, social e culturalmente homogéneo se tratasse<sup>4</sup>. É sabido que desde o início da sua fundação, instalaram-se em Macau muitos portugueses de nível social menos reconhecido – soldados, comerciantes, marinheiros, artífices – (Amaro, 1997:21-28) e temos presente situações de sujeitos naturais de Portugal que, sem grandes posses e destituídos de credenciais escolares, para ali rumaram ao longo dos tempos a título individual, em busca de melhores condições de vida - o popular “Fernando”, proprietário de um dos restaurantes portugueses mais famosos da região, apresenta-se-nos como uma referência emblemática deste perfil.

Em todo o caso, se tal estratificação é perceptível quando, afunilando o nosso ângulo de análise, nos centramos unicamente no estudo do relacionamento intra-grupal português - a variável classe social adquire relevância no redesenhar de fronteiras nesse meio comunitário, ela quase passa despercebida no instante em que o nosso olhar é transferido para a abordagem das interacções inter-étnicas, designadamente quando tratamos dos níveis de aproximação entre portugueses e chineses, onde o vector etnicidade parece tomar a dianteira no peso que adquire. Etnicidade revelada na “identificação de culturas particulares como modos de vida ou de identidades baseadas numa noção histórica de origem

---

<sup>4</sup> Boaventura (1998:141) assinala idêntica estratificação no interior do agregado populacional chinês, recusando que o mesmo seja classificado uniformemente de “comunidade chinesa”, quando em lugar de uma subsistem várias comunidades chinesas bem distintas entre si. Conscientes das fragmentações internas inerentes aos principais grupos sócio-culturais presentes em Macau – chineses, macaenses e portugueses, consideramos que a nossa adopção do termo comunidade (sob o ângulo da etnicidade) tem subjacente não tanto a ideia de homogeneização intra-comunitária mas de diferenciação inter-comunitária.

ou de destino comum quer este seja mítico ou real” (Anthias apud Cabral e Lourenço, 1993:45).

## **2. Conjunção e Disjunção das comunidades chinesa, macaense e portuguesa**

Com vista a apreender os tipos e níveis de interacção estabelecidos entre os membros dos grupos populacionais proeminentes de Macau, trabalhamos uma série de registos - zonas habitacionais, redes de vizinhança, universos escolar e laboral, relações matrimoniais ou amorosas, representações sociais, actividades de lazer, círculos de amizade, entre outros - capazes de ajudar-nos a reflectir sobre as circunstâncias de união ou disjunção inter-étnica, concedendo igual atenção aos factores indutores das mesmas. Note-se, contudo, que as diversas plataformas de aproximação e separação muitas vezes coincidem, gerando situações antagónicas, não contraditórias, mas coexistentes.

### **2.1 Sinais de Aproximação**

Quando falamos de proximidade entre pessoas, grupos e populações torna-se indispensável destacar duas dimensões essenciais, não mutuamente exclusivas, de avaliação: uma primeira de carácter espacial e geográfico, com presença ou ausência de comunhão identitária, potenciadora de um contacto físico dotado ou isento de intenção; e uma outra de âmbito simbólico, cujo principal motor da aproximação é a afinidade interpessoal.

Tendo Macau uma dimensão territorial não superior a 25 Km, uma das mais elevadas densidades populacionais do mundo e sendo habitado maioritariamente por indivíduos de etnia chinesa (aproximadamente 95%), pressupõe-se que o ínfimo número de portugueses lá instalados, à volta de 3% no somatório dos residentes, (Amaro, 1997:197) não podia, mesmo sendo esse o desejo de muitos, isolar-se inteiramente do meio circundante. Não obstante a existência de um significativo manancial de marcas lusófonas na cidade - o sistema administrativo, entidades empresariais, instituições de ensino, estabelecimentos hoteleiros, marcas arquitectónicas, nomes de ruas - a sua vivência encontra-se tão submersa nas expressões culturais chinesas que é impossível ignorar uma realidade em que diariamente se deambula e a que regularmente se recorre - quanto mais não seja para a satisfação de necessidades básicas - embora muitas vezes ela passe despercebida a um olhar desatento e indiferente.

Sublinhemos deliberadamente o termo necessidade, na medida em que congrega no seu interior um forte potencial justificativo de uma larga extensão de interacções estabelecidas entre portugueses, macaenses e chineses, ainda que a partir dela possam ter-se desenhado motivações menos “interesseiras” ou mais desinteressadas nos relacionamentos interpessoais arquitectados.

Iniciando a nossa apreciação a partir do estudo das zonas de habitação, constatámos que em Macau, contrariamente ao que sucede numa pluralidade de sociedades multiculturais nas quais os indivíduos pertencentes ao mesmo grupo étnico procuram agregar-se, acabando por constituir espaços físicos relativamente bem demarcados, as casas de habitação dos portugueses não estavam aglomeradas nem deram origem à composição de um bairro específico. Se pensarmos numa subdivisão bastante grosseira da Península nas zonas do Porto Exterior e Interior (onde os referentes chineses não só eram dominantes como praticamente exclusivos), observámos, com alguma segurança, uma

tendência para entrever os “migrantes” lusos na primeira grande área, permanecendo por aí relativamente dispersos.<sup>5</sup>

É sabido que a todos os agentes destacados para exercer Comissões de Serviço em Macau ao abrigo do Governo português facultava-se um espaço habitacional<sup>6</sup> cujos encargos eram suportados pelo aparelho Administrativo do território, a par de algumas outras regalias de que foram beneficiários (cobertura pela entidade contratante dos custos inerentes à deslocação para o continente asiático e em certos casos o financiamento de uma visita anual do agregado familiar a Portugal; isenção do pagamento de impostos na sociedade de acolhimento; atribuição de automóvel e motorista àqueles que assumiam cargos profissionais de maior prestígio).

Verificámos, porém, uma indefinição de fronteiras residenciais no território, já que mesmo as construções albergadoras de uma significativa parcela de portugueses, como o Hoi-Fu e o Tac-Fai - agregando-os provavelmente com o intuito de promover um sentimento de união e encorajar a sociabilidade intra-comunitária (Les Back, 1996:31) - estavam profundamente imiscuídas nos quotidianos chineses, quer no que respeita a toda a dinâmica vivencial aí sentida em termos de serviços - comércio, restaurantes, escolas, entre outros, quer no que toca à própria vizinhança ou à das habitações contíguas, também formadas por macaenses<sup>7</sup> e chineses.

A caracterização do relacionamento destes com os vizinhos portugueses sugere uma coabitação cordial e simpática, desprovida de conflito. Esta contrastava fortemente com o intimismo das relações de vizinhança estabelecidas no interior da comunidade juvenil portuguesa, atendendo ao aproveitamento da proximidade física para um acentuar da convivialidade interpessoal e intra-étnica. No entanto, a comparência de elementos de etnia chinesa e macaense nos edifícios que hospedaram portugueses, mesmo quando não muito expressiva, favorecia o cruzamento casual dos habitantes, sendo o ponto de encontro habitual o elevador, local de passagem. Colocados face a face, nessas situações, portugueses e chineses acenavam mutuamente ou emitiam saudações circunstanciais em cantonense ou português - as expressões mais comuns eram o “Tchou san!” ou “Bom dia; boa tarde; como está?”, mas à excepção desta curta troca de palavras consta que a relação de vizinhança inter-comunitária, geralmente, não ia muito mais além.

Pode dizer-se que o campo exo-domiciliar alcançou um estatuto privilegiado para as interações, especialmente com chineses. A rua, jardins,

<sup>5</sup> Nas ilhas da Taipa e Coloane a presença de portugueses começou a ter alguma visibilidade a partir dos anos 90.

<sup>6</sup> Note-se, ter sido prática corrente no interior da comunidade lusófona a passagem de uma temporada num Hotel aquando da chegada a Macau (período que vai dos 3 meses a 1 ano), enquanto aguardavam pela disponibilização da residência atribuída, provavelmente ainda ocupada por funcionários prestes a deixar a cidade).

<sup>7</sup> As apropriações da expressão macaense têm sido múltiplas, díspares e discutíveis remetendo-a para os vectores naturalidade e/ou pertença étnica dos membros a cuja terminologia se reporta. Conhecidos também por “filhos da terra” (naturais de Macau) ou “portugueses do oriente” (descendentes lusófonos), é frequente pensar-se que os macaenses são todos os nascidos em Macau e/ou os que têm uma ascendência luso-chinesa. Esta poderá ser resultante da miscigenação de portugueses com chinesas instaladas em Macau, ou de chineses que tendo vindo estudar para Portugal casaram com portuguesas, tendo posteriormente regressado àquele território. Autores como Ana Maria Amaro (1988:4-6) ou João Pina Cabral (1993:59) adicionam à naturalidade do macaense uma descendência euro-asiática, fruto do cruzamento de europeus (entre os quais um significativo número de portugueses) com indianas, malaias, japonesas e só mais recentemente com chinesas estabelecidas naquela cidade. Muito embora ambos os investigadores considerem incorrecto confinar a origem dos macaenses ao “binómio chinês/português” optámos, com propósitos operatórios, por cooptar com os nossos entrevistados, apresentando os macaenses como os próprios os definiram: luso-chineses naturais de Macau. Presume-se que o número de “filhos da terra” presentes em Macau nos anos 90 não ultrapassasse os 8 000 (Amaro, 1997:188).

transportes públicos, restaurantes, esplanadas e casas de comércio apresentavam-se como locais de cruzamento por excelência entre os agentes pertencentes aos agregados lusófono e sinófono. Apesar de regulares, tais encontros adquiriam um grau bastante rudimentar, por um lado, na medida em que esta proximidade fortuita ou era involuntária, ou detinha uma intencionalidade condicionada pela necessidade de um qualquer serviço por parte dos portugueses: deslocar-se, alimentar-se, vestir-se ou divertir-se; depois, porque estes dominavam escassamente o cantonense, daí que os diálogos travados com os chineses se pautassem por uma enorme brevidade, quando proporcionados, ou acabassem em verdadeiros jogos de mímica, sendo a linguagem gestual o auxílio habitual a um entendimento elementar.

Se na fase relativa à primeira instalação em Macau os níveis de comunicação entre os recém chegados oriundos de Portugal e os chineses eram de um modo geral mínimos, não dispensando para tal “qualidades humanas” como simpatia, paciência, disponibilidade e um empenho acentuado de ambos os lados, com o passar do tempo estes aumentavam gradualmente, em virtude de uma maior familiarização dos portugueses com palavras e frases chave aprendidas nos contextos de convivialidade diária. Nestas circunstâncias, o incremento do domínio linguístico raramente era movido pelo interesse na relação interpessoal, mas antes pelo desejo de concretizar, com a menor dificuldade possível e a maior eficácia desejada, o propósito da interação.

Alguns dos momentos lúdicos gozados pelos representantes lusos residentes em Macau foram proporcionados pelas iniciativas culturais públicas chinesas concretizadas na cidade ao longo de todo ano, as quais conquistam um assento particular no somatório das circunstâncias promotoras de intercepção transcultural, ainda que a partir delas só muito raramente a sociabilidade intergrupual se desenvolvesse. As corridas dos barcos dragão, a festa da lua e a celebração do Ano Novo chinês, acontecimentos imbuídos de uma enorme simbólica para os chineses, contavam com a presença de muitos portugueses que tal como os elementos das restantes etnias os festejavam, acabando por seguir profanamente alguns dos rituais concretizados pela população nativa nessas datas: na festa da lua deslocavam-se às praias para admirar a lua; as crianças e adolescentes recebiam lai-sis (dinheiro) e queimavam panchões durante as comemorações do Ano Novo. Todavia, a adesão dos participantes não era, segundo apreciámos, estimulada por idênticas motivações: se os chineses conferiam a cada manifestação um significado preciso, os portugueses com quem dialogámos tomavam parte nelas somente por diversão, salientando ser o entretenimento a principal razão da mobilização dos outros membros do seu agregado de pertença.

Nos primeiros tempos de estadia em Macau era comum os directores e funcionários portugueses de determinadas instituições serem despertados por colegas de serviço chineses e macaenses para os inúmeros festejos do território e nalguns casos convidados a passar de meros espectadores a colaboradores activos, a título de representantes da sua entidade profissional ou departamento. É provável que a solicitação da presença de consignatários portugueses nesses contextos não derivasse apenas de uma inócua vontade chinesa de com eles confraternizar, mas residisse antes ou paralelamente num dever moral ligado a lógicas de autoridade e poder instituídas no território. De igual modo, a aceitação portuguesa desse apelo ia ao encontro delas no sentido de não as desrespeitar, alimentando a divulgada, mas nem sempre interiorizada, imagem pública e política de convivência pacífica e apreço luso-chinês.

Neste seguimento, apercebemo-nos da relevância assumida pelo meio laboral como uma das mais notáveis plataformas de aproximação inter-comunitária, na medida em que as funções exercidas pelos quadros especializados requisitados de Portugal não dispensavam o relacionamento com chineses e macaenses – pares, subordinados ou toda a clientela que aos seus préstimos recorria. Apesar dos contactos inter-étnicos concretizados no campo

profissional só extravasarem pontualmente os “muros do ofício”, atendendo a que fora dele e em virtude das diferenças culturais e simbólicas, os três grupos étnicos tendiam a separar-se, endocentrando-se, demos conta do estabelecimento de laços de amizade entre representantes portugueses, chineses e macaenses, excepcionalmente ainda hoje mantidos.

Estas ocorrências derivavam, em nosso entender, de um triângulo primordial de factores. O primeiro prende-se com a relativa superação dos obstáculos linguísticos: assim como os técnicos portugueses eram incitados a frequentar pequenos cursos de cantonense, os chineses e macaenses detentores de um conhecimento nulo ou básico de português utilizavam como recurso o inglês, daqui resultando a multiplicação de contactos e o estabelecimento de índices de conversação um pouco mais profundos. O segundo está intimamente conectado com as condições propiciadas pelo meio profissional de criar vínculos interpessoais, sendo que o convívio persistente, a entre-ajuda para a resolução de problemas conjuntos e o envolvimento num projecto comum e partilhado potenciavam a criação de afinidades e afeições capazes de esbater certos tipos de segmentação (geracional, de classe e étnica), mesmo quando tal diluição ficava confinada a esse universo. O último releva do conhecido “comprometimento entre os serviços” que, objectivado em “cunhas” e facilidades várias, fruto da troca ou paga de favores de portugueses a chineses e macaenses ou vice-versa, sustentava o desenvolvimento de cumplicidades entre os actores envolvidos nesse processo.

Nalgumas situações de convivência profissional satisfatória a interacção prolongava-se para o exterior do meio laboral, embora muito pontualmente penetrasse o interior da esfera doméstica, designadamente a dos chineses, para quem, no entender dos entrevistados, a casa é um lugar de intimidade, espécie de refúgio familiar e não um depósito de grandes investimentos<sup>8</sup>. A atitude de relativo desapego face ao domicílio, a despreocupação na sua decoração, a par da consciência de que o mesmo era objecto de valorização pelos elementos integrados na comunidade lusófona impelia-os, por consequência, a privilegiar o espaço exo-domiciliar na marcação de programas - a prática mais comum compreendia o convite para almoçar ou jantar num restaurante. Registos singulares de aproximação cultural, tais reuniões, envoltas quase sempre numa ambiência algo cerimoniosa, favoreciam a apreciação mútua das matrizes de referência accionadas pelos actores sociais comprometidos, impulsionavam o intercâmbio de experiências, profissionais ou outras, permitindo, acima de tudo, a dilatação dos índices de conhecimento sobre o “outro”: costumes, preferências, hábitos, ideais, modo de ser e estar.

Debruçando-nos agora em torno do campo da intimidade – relações conjugais e amorosas – só nos foi possível aceder a dados quantitativos relativos a casamentos luso-chineses realizados no ano de 1998 em Macau<sup>9</sup>. Segundo a Direcção dos Serviços de Estatística e Censos de Macau (Estatísticas Demográficas 1998:103) consta que de Janeiro a Dezembro, das 16 nubentes naturais de Portugal apenas uma contraiu matrimónio com um homem natural da

<sup>8</sup> Pina Cabral (1993:111) dá conta de um desinvestimento domiciliar no seio das comunidades chinesa e sobretudo macaense, designadamente por parte daqueles para quem o espaço doméstico na cidade chinesa era concebido como uma morada provisória.

<sup>9</sup> A informação quantitativa relativa à contracção de matrimónios divulgada pela Direcção dos Serviços de Estatística através de duas publicações disponibilizadas: *Macau e a sua População 1500-2000 - Aspectos demográficos, Sociais e Económicos* e *Resultados Globais do Intercensos 96* não nos permite proceder a uma apreciação dos casamentos luso-chineses realizados no território nas duas últimas décadas. Como a variável utilizada nos boletins é a nacionalidade e não a naturalidade dos cônjuges e após averiguarmos, com base nos Censos de 96, que quase um terço da população (27,2%) detinha nacionalidade portuguesa, quando apenas 0,9% havia nascido em Portugal, cremos que a quase totalidade dos agentes intitulados “nacionais de Portugal” casados com elementos nacionais da República Popular da China eram chineses naturalizados portugueses e não os portugueses oriundos de Portugal.

República Popular da China, não havendo qualquer indicação de casamentos de homens oriundos de Portugal com mulheres chinesas. Impedidos de retirar ilações a partir de um só ano de referência, julgamos que esta informação não infirma a ideia de que as alianças luso-chinesas eram um acontecimento pouco regular em Macau dado o relativo fechamento de ambas as comunidades<sup>10</sup>. Porém, quando concretizadas - Pina Cabral (1993:66) sugere a “unidireccionalidade” desses compromissos, habitualmente entre “mulheres chinesas dos estratos mais inferiores e homens europeus ou macaenses de todos os estratos sócio-económicos” – elas asseguram a permeabilidade de paradigmas vivenciais e a compatibilidade de disposições valorativas.

Concomitantemente, também não gostaríamos de silenciar o desenvolvimento de “affaires” entre portugueses e chinesas (o inverso raramente ocorria), em que os primeiros, rendidos aos encantos das mulheres orientais, “misteriosas e submissas” na avaliação de alguns elementos da comunidade lusófona, chegaram a abandonar as suas esposas portuguesas. Nessa óptica, tais relacionamentos continham duas componentes fundamentais: a promiscuidade do elemento masculino ao satisfazer as respectivas “taras sexuais” e a ambição da mulher chinesa que por intermédio da “escravidão sexual” adquiria os dois passaportes almejados: um, rumo à ascensão social e económica se homem detivesse elevados rendimentos, outro destinado à conquista da liberdade há muito cobiçada, pois caso a contracção de matrimónio se efectivasse passaria a fruir automaticamente de nacionalidade e passaporte portugueses, podendo assim circular legalmente fora de Macau.

Assinale-se que a solicitação de nacionalidade portuguesa<sup>11</sup>, com a conseqüente aquisição de passaporte, era uma prática comum a uma não despicienda franja da população chinesa instalada em Macau, natural do território ou habitando nele há longa data. Vulgarizou-se, paralelamente, a apropriação de nomes portugueses por representantes da comunidade sinófona, os tão conhecidos “aliás” - espécie de reconversão fonética para português das designações chinesas - que juntamente com as identificações originárias permitiam o reconhecimento pessoal e social desses indivíduos. Em nosso entender tais indicadores nem sempre reflectem uma integração na vivência da comunidade lusófona ou ligações transculturais consistentes, antes espelhando um conjunto de vantagens possivelmente decorrentes de uma luso-aproximação, frequentemente fictícia e artificial. Isto porque uma abrangente parcela dos chineses utilizadores de um “aliás” não mantinha quaisquer laços a Portugal ou aos sujeitos daí originários e possuía um rudimentar ou total desconhecimento da correspondente realidade. Quanto aos oriundos de Portugal profissionalmente relacionados com agentes chineses, Pina Cabral (1993:193) refere ser igualmente usual adoptarem um nome chinês “(...) não como fonte de identidade própria mas como forma de sociabilidade e deferencialidade para com os seus anfitriões chineses”. Todavia, ao longo da pesquisa, apenas fomos alertados para o facto de usarem cartões de apresentação com o nome e a morada residencial e/ou laboral duplamente identificados pelas línguas portuguesa e chinesa.

Direccionando agora a nossa análise para o interior da esfera domiciliar detectámos, apesar dos casos singulares de entrada de indivíduos de etnia chinesa nos aposentos portugueses, a existência de um grupo particular, neste sentido privilegiado, convidado a frequentá-los quase diariamente,

<sup>10</sup> Ana Maria Amaro (1988:28-30) apurou que de 1822 a 1870 realizaram-se 33 matrimónios de homens oriundos de Portugal com mulheres de ascendência chinesa e que tais alianças eram socialmente desaprovadas. Faz ainda alusão ao isolamento do conjunto de migrantes chineses que acercaram Macau na segunda década do século XX como expressão de afirmação identitária e coesão intra-grupal (1997:139).

<sup>11</sup> Em Junho de 1995 existiam aproximadamente 100.000 indivíduos com dupla nacionalidade, portuguesa e chinesa. Desses, pensa-se que 10.000 eram “luso-descendentes” (Santos 1998:70-71, 156), daí restando 90.000 chineses não descendentes lusófonos com nacionalidade portuguesa, cerca de 28,5% da população (Santos, 1998:168).

designadamente as empregadas domésticas. Se há alguém que de forma mais acentuada tenha sido autorizado a apreciar a vivência privada lusófona e a perceber os seus hábitos e práticas mais reservadas foram, curiosamente, as muitas funcionárias chinesas, tailandesas e filipinas que os portugueses empregaram nas respectivas casas. Curiosamente porque o elevado grau de dependência e necessidade dos seus préstimos acabava assim por consentir uma proximidade física permeável a uma dupla de fronteiras rigorosas - étnica e de classe.

Não obstante o profundo fosso interclassista dos agentes sociais implicados e a vincada incomunicabilidade resultante, mais uma vez, do obstáculo linguístico, são diversos os relatos que atestam o desenvolvimento de relações extremamente afectuosas entre os patrões portugueses e as empregadas, evidenciando-se, por parte dos primeiros verdadeiros sentimentos paternalistas face às segundas - muitas detentoras de um estatuto ilegal no território, com sérias dificuldades económicas e níveis de vida deveras precários - havendo quem quase as “adoptasse” como um novo membro da família. Comunicando com o auxílio de tradutores intérpretes (telefonava-se a colegas da escola ou do trabalho que dominassem português e chinês), da linguagem gestual ou de um dialecto mesclado, foi em grande medida através das empregadas domésticas e do intenso convívio com elas mantido que muitos dos jovens interpelados incrementaram a aprendizagem de vocábulos chineses, familiarizando-se, em simultâneo, com múltiplas dimensões da cultura chinesa, entre as quais, a valorativa.

A título de apontamento, mas simultaneamente em virtude da sua relevância como prova de comunicação inter-étnica, confirmámos que o apelo aos serviços chineses por iniciativa de portugueses não foi apenas impulsionado por um espírito de “inevitabilidade” ou ausência de alternativas. Ao nível da saúde e não obstante a presença de médicos oriundos de Portugal no território, soubemos que em diversas situações os membros da comunidade lusófona recorreram à medicina tradicional chinesa (massagens, acupunctura, fármacos vários) para tratar das respectivas maleitas – alergias, entorses, edemas, entre outras. Ressalve-se que não tomamos este indicador como prova de desconfiança no sistema de saúde da sociedade de partida implementado em Macau, encarando-o essencialmente como a procura curiosa ou crédula de uma assistência complementar, prática reveladora da abertura de poros à penetração da tradição oriental numa das suas dimensões actualmente mais reconhecidas, nas matrizes de referência dos agentes lusófonos.

Ainda no interior deste contexto e estando a cultura chinesa envolta em múltiplas crenças e superstições, certificámo-nos da predisposição de um significativo número de portugueses para requerer as premonições de bruxos e os conselhos de mestres de Feng-Shui<sup>12</sup>. Estas solicitações resultavam da simples vontade de satisfação de uma apetência por essa vertente mística tão comum aos quotidianos chineses, ou de uma crença (envergonhada ou assumida) nas antevisões ou orientações fornecidas por esses agentes para o alcance de sucesso nos domínios pessoal, familiar e laboral. Essencialmente em sectores profissionais frequentados por funcionários ou clientes de etnia chinesa, era corrente directores e técnicos portugueses depositarem a devida atenção na decoração do meio segundo os princípios do Feng-Shui para evitar chocá-los ou

---

<sup>12</sup> O Feng-Shui (termos traduzidos por vento e água respectivamente) é um conhecimento milenar oriental que apresenta como preocupação fundamental a escolha de locais ideais para a projecção de edifícios, casas de habitação, espaços comerciais, entre outros, promovendo, paralelamente, indicações pormenorizadas sobre o modo como tais ambientes devem ser organizados no que concerne à decoração, à forma e cor dos objectos escolhidos. Partindo do pressuposto de que os espaços são prolongamentos do corpo humano, crê-se que a aplicação correcta dos princípios do Feng-Shui a uma casa ou a um local de trabalho traga inúmeros benefícios a quem neles circula, aos mais diversos níveis: saúde, relações familiares, sociais e profissionais.



afugentá-los, preocupação que teria certamente o seu carácter de conveniência, não deixando, porém, de apresentar-se como um sinal de aceitação das convicções da população nativa.

Na sequência da avaliação das conjunturas propícias à convivência inter-étnica e porque a amostra do presente estudo é constituída por jovens, pareceu-nos fundamental destacar certos espaços de circulação juvenil, bem como algumas das circunstâncias que permitiram o contacto de adolescentes portugueses com chineses e/ou macaenses.

Da análise do modo como o grupo de entrevistados preenchia o seu tempo livre em Macau, detectámos haver uma certa preferência para o desenvolvimento do campo dos lazeres fora de casa, nomeadamente durante o período da adolescência. Desbravar o território, vaguear sem destino pelas ruas, dispor de tardes inteiras em jardins, salões de jogos e no Mac Donalds, petiscar em tascas, formar bandas musicais e dançar em discotecas compreendem algumas das propostas de diversão indicadas.

A eleição dos jardins de São Francisco e Lou Li Mioc como locais de referência juvenis para namorar, conversar e tirar fotografias enuncia um vector de comunhão com a população chinesa que também neles se entretinha, passeando os seus pássaros em gaiolas, descansado nos bancos, brincando com os filhos ou netos e fazendo Tai-Chi<sup>13</sup>. O mesmo acontece para a frequência do Mac Donalds, pequenas tascas e discotecas, assim como na afluência, para muitos adicta, a casas de máquinas, onde uma parcela da juventude portuguesa, macaense e chinesa gozava o seu tempo livre. Sem prévio acordo encontravam-se naqueles locais, comungando idênticas práticas e consumos juvenis: bebiam Coca-colas e comiam hambúrgueres, satisfaziam-se com petiscos chineses acompanhando-os ao sabor de umas cervejas, andavam de mota, alugavam estúdios de música e tocavam em bandas, fumavam haxixe, ouviam música e dançavam, jogavam nas máquinas, convivendo com os pares da correspondente comunidade. Adolescentes portugueses, macaenses e chineses cruzavam-se, olhavam-se muito discretamente, mas só raramente trocavam palavras. Permaneciam lado a lado e sem tomar consciência disso estavam unidos perante a força de uma identificação juvenil sublimada nessas conjunturas, em que as marcas da globalização cultural e da sociedade de consumo se exibiam. Naqueles lugares, nem sempre recordavam a sua pertença étnica. Eram simplesmente adolescentes e jovens que conversavam, namoravam, bebiam, comiam, dançavam, tocavam, cantavam e jogavam. No fundo, alcançavam um objectivo comum, divertindo-se.

Depositando a nossa atenção em torno do universo escolar, verificamos que em Macau esse meio só forneceu os pré-requisitos mínimos à convivência de portugueses com macaenses e muito raramente com chineses. Todavia, uma fasquia dos parques exemplos de aproximação inter-étnica constatados tiveram o meio escolar como palco, designadamente os colégios Santa Rosa de Lima e D. Bosco, a Escola Primária Central, o Liceu Infante D. Henrique antigo, o Complexo Escolar de Macau e a Escola Comercial.

Os jovens portugueses deslocados para Macau ainda crianças conheceram pelo menos um dos três primeiros espaços enunciados para a concretização do seu ensino básico. Neles estavam inscritos alunos das comunidades portuguesa, macaense e só pontualmente da chinesa, mas a distinta pertença étnica de cada actor social, parecia não ter, como apurámos no decurso da adolescência, um peso tão segregador ao nível da convivência escolar. Colegas portuguesas e

---

<sup>13</sup> Tai significa grande, imenso, enquanto o Chi energia. O Tai-Chi é um exercício físico com uma forte componente espiritual, de grande expressividade na cultura chinesa. É habitualmente descrito como uma prática matinal levada a cabo por idosos, embora tenha na China e já no ocidente adeptos de todas as idades, sendo exercitado a qualquer hora do dia. Visa, por intermédio de uma sequência de movimentos, melhorar os fluxos de energia corporais e contribuir para o aumento da agilidade, equilíbrio e saúde daqueles que o executam.

macaenses experimentaram e partilharam idênticas diversões, estabelecendo uma comunhão harmoniosa como se a interiorização de uma identidade étnica diferenciada não tivesse tido ainda tempo de desenvolver-se, afirmar-se e rebelar-se.

Tanto no Liceu Infante D. Henrique antigo como naquele que veio posteriormente a integrar o Complexo Escolar de Macau, mais conhecido por “Liceu do Taveira”<sup>14</sup>, onde uma percentagem significativa dos adolescentes naturais de Portugal fez o ciclo preparatório e/ou o secundário, a representação portuguesa era dominante, notando-se, contudo, a presença significativa de indivíduos de etnia macaense, dos quais muitos já haviam fruído do sistema educacional veiculado pela Administração durante a instrução primária.

Na perspectiva dos jovens entrevistados, os macaenses detinham uma identidade própria, sincrética, evidenciando, porém, com maior afinco uma das duas vertentes culturais herdadas, a chinesa ou portuguesa, consoante a afiliação parental privilegiada. Enquanto a grande maioria procurava, por meio da inscrição num estabelecimento de ensino português, desfrutar de um capital de portugalidade - importante mais valia e símbolo de prestígio (Cabral e Lourenço, 1993:104, 169) - de que não dispunha integralmente e/ou aprofundar as heranças lusitanas legadas pelos seus antepassados com a da finalidade de penetrar de modo progressivo num universo do qual se sentiam geralmente marginalizados, havia um pequeno grupo razoavelmente bem inserido na comunidade lusófona: no seio familiar a educação adquirida baseava-se em parâmetros predominantemente ocidentais, falavam perfeitamente o português, em termos de fisionomia pouco ou nada lembravam a sua ascendência asiática e as práticas ou hábitos exteriorizados fundiam-se com os dos sujeitos vindos de Portugal, propriedades suavizantes ou destruidoras das ténues fronteiras étnicas traçadas, se é que podemos dizer que nestas conjunturas elas eram perceptíveis. Foram essencialmente esses os protagonistas de contextos de aproximação inter-comunitária já que a comunhão de estilos de vida e a adesão às mesmas modas juvenis despertaram a simpatia dos adolescentes portugueses.

Alguns deles tiveram macaenses como amigos e, inclusive, como namorados – nestas eventualidades, a curiosidade e o aproveitamento de uma experiência diferente da habitual pareciam legitimar o envolvimento. A convivialidade era tanto mais favorecida quanto maior fosse o somatório de traços comuns e partilhados - gostos e interesses, o domínio linguístico e um estatuto distintivo inerente a uma dada classe de pertença.

Apercebemo-nos de outra variável condicionadora do relacionamento transcultural - o tempo. Tempo duplamente evidenciado: na duração da estadia em Macau e no processo de crescimento físico e psicológico ali vivido. Estadias mais longas no território multiplicavam as probabilidades de alargamento dos circuitos de comunicabilidade inter-étnicas, autorizando o aprofundamento de contactos com agentes que à primeira vista estariam fora do baralho sociabilístico inaugural, baralho este composto por cartas do mesmo naipe. Paralelamente, o amadurecimento decorrente da passagem por determinadas fases da vida em Macau - infância, adolescência e juventude - poderia motivar, essencialmente durante a última, uma postura mais aberta e tolerante face ao “outro”, donde a inclusão de novas cartas, de naipes distintos, no leque das já existentes, encontrava-se mais facilitada.

Na escola Comercial<sup>15</sup>, recinto em que a presença macaense era distintamente maioritária, a permeabilidade dos estudantes portugueses a esse grupo étnico impunha-se como algo quase obrigatório: estavam numericamente em desvantagem e passavam uma significativa parcela do seu dia a dia nessa esfera. Embora a “Comercial” fosse uma entidade católica e oferecesse um

<sup>14</sup> A escola era conhecida pelo nome do Arquitecto português que a projectou - Tomás Taveira.

<sup>15</sup> A Escola Comercial estava sob a alçada do Governo e da APIM - Associação Promotora de instrução aos macaenses.

programa curricular orientado pelas mesmas directrizes das escolas portuguesas, o uso obrigatório de uniforme à semelhança dos universos escolares chineses e a comparência de uma população escolar luso-chinesa concediam aos poucos representantes portugueses a oportunidade de aceder a um meio com características diferentes daquelas com as quais estavam familiarizados e de contactar com agentes e referentes culturais exteriores aos da correspondente comunidade.

Aceitando a divergência dos padrões de conduta portugueses, macaenses e chineses numa multiplicidade de dimensões, verificámos que a religião católica,<sup>16</sup> professada por adolescentes das diferentes etnias, apresentou-se como motor de união e confraternização intercultural. A organização de encontros e retiros extracurriculares com propósitos religiosos juntava estudantes de diversos estabelecimentos de ensino que comunicando em inglês e por intermédio da mesma devoção intercambiavam saberes, valores e hábitos, enriquecendo, assim, o acervo social e cultural herdado e adquirido. Ironicamente, o conservadorismo subjacente à prática religiosa, a par do relativo isolamento requerido à introspecção pessoal não só não impediam como instigavam a soltura das amarras intra-étnicas, daí resultando um verdadeiro “milagre” de comunhão inter-comunitária.

Da eucaristia religiosa à congregação mundana entre alguns adolescentes portugueses e macaenses ia um curto passo e essa vivência ainda que volátil e temporariamente partilhada ia repercutindo-se na reciclagem identitária de cada um, ampliando os seus horizontes de pensamento e acção, ao mesmo tempo que os ajudava a refazer e relativizar os padrões transportados da sociedade de partida.

Em qualquer dos estabelecimentos de ensino secundário assinalados, a tendência para a formação de pequenos núcleos de estudantes não resultava apenas de condicionantes étnicas. Afinidades de índoles várias - pessoais, geracionais e de classe - provocavam demarcações também extensíveis ao interior da comunidade portuguesa. Quando os adolescentes a ela pertencentes eram alvo de qualquer tipo de discriminação por parte dos seus conterrâneos, assistíamos a múltiplos comportamentos reactivos impregnados de um profundo ressentimento face ao grupo étnico de pertença. O isolamento ou a aproximação voluntária aos macaenses apresentavam-se como duas das soluções mais evidentes, donde a transposição de fronteiras étnicas poderia igualmente decorrer de processos de hetero ou auto-exclusão intra-comunitária. Nesses casos, as vítimas desse mal estar começavam a sentir-se “outsiders” do nicho inicial de referência, preferindo estreitar laços com os indivíduos que física e culturalmente se encontravam mais perto. Neste sentido, a busca de conexões com luso-chineses reflectia um espécie de coligação, talvez inconsciente, contra o grupo mais genérico dos adolescentes portugueses, atendendo a que uma das imagens mais correntes no interior desse agregado dava conta de uma animosidade disfarçada entre os macaenses e os oriundos de Portugal, questão que teremos oportunidade de apreciar de seguida.

## 2.2 Sinais de Afastamento

Constou-nos que um dos aspectos mais salientados para justificar a fraca convivialidade entre elementos das comunidades lusófona e sinófona é a barreira linguística: uma enorme fracção dos portugueses residentes em Macau não consegue mais do que emitir algumas frases em cantonense e como são muito poucos os chineses falantes de português, o diálogo inter-étnico não ultrapassa, habitualmente, o nível básico de entendimento e a promoção de contactos inter-comunitários vê-se extremamente desincentivada. Esta é uma das

<sup>16</sup> Os Censos de 1998 referem a presença de 7% de chineses católicos no total da população residente em Macau.

argumentações comumente utilizadas pelos jovens (e menos jovens) portugueses interpelados na explicação da propensa insularização portuguesa e chinesa no território e na justificação dos múltiplos e recorrentes desentendimentos, latentes ou manifestos, físicos e sobretudo psicológicos verificados entre portugueses, chineses e macaenses.

Enfatizámos a capacidade dos locais públicos de impulsionar interações inter-étnicas, ainda que sem avultada penetrabilidade, terreno onde a população de Macau se cruzava diariamente. Constatámos, porém, que a proximidade desenvolvida podia metamorfosear-se em afastamento: se a dificuldade em fazer-se compreender originava, por vezes, situações caricatas, proporcionando o divertimento dos actores sociais nela envolvidos, em muitas outras as incompreensões linguísticas com que os habitantes lusófonos e sinófonos tinham de confrontar-se no seu dia a dia, bem como a incomunicabilidade que daí advinha desencadeavam sentimentos de irritabilidade e impaciência geradores de atitudes menos simpáticas ou até indolentes, usualmente manifestadas pelos intervenientes portugueses.

Na opinião de alguns dos jovens entrevistados, havia quem ajuizasse no seio da sua própria comunidade acerca da ausência de boa vontade chinesa para entender e atender a população portuguesa residente, esforço este percebido como cada vez menor a partir do momento em que tomaram consciência de que Macau voltaria a ser administrado por chineses. Admitindo um fundo de veracidade em tais apreciações, já que, tendo em consideração o enquadramento histórico e político da fixação portuguesa no território, tal presença foi sempre tolerada, negociada, mas dificilmente reconhecida, não podemos, todavia, deixar de frisar a confissão da indiferença e desinteresse evidenciados por muitos migrantes lusófonos na inauguração de pontes de contacto com a população chinesa, traços irreflectidos ou escassamente consciencializados durante a estadia em Macau que reflectem vestígios não apagados de um espírito colonialista reapropriado.

Contribuiu também para o distanciamento social luso-chinês o carácter de passagem inerente ao trânsito Portugal - Macau. Embora a maioria dos contratos de trabalho dos portugueses transferidos para o território tenham sido prorrogados, alguns mais do que uma vez, conduzindo a que os agentes envolvidos, com ou sem a respectiva família, acabassem por despender de uma extensa parcela das suas vidas no sul da China, a partida foi genericamente entendida como uma deslocação provisória e a estadia gozada em função dessa instalação de temporalidade limitada. Aliás, a perspectiva de retorno à sociedade de origem era um dado adquirido e quase indiscutível, inclusive para aqueles que partiram por tempo indeterminado.

Desautorizados, assim, a confinar a justificação de uma não confraternização inter-étnica regular e acentuada aos casos de animosidade sinófona, consideramos indispensável destacar o propenso hermetismo atribuído à comunidade chinesa - geralmente indicado como propriedade intrínseca à cultura daquele agregado (Amaro, 1997:31) - como um factor inibidor à penetração dos portugueses nos seus universos de referência. Universos regidos por princípios baseados numa moral confucionista conservadora herdada do passado, cuja a endogamia e a valorização de uma instituição familiar de matriz patriarcal figuram como elementos realçados.

Existiria, porém, para os oriundos de Portugal o desejo de transposição dessa fronteira com vista a uma hipotética inclusão na sociedade chinesa? Seguramente que não, pelo menos para uma muito significativa percentagem de portugueses, pois se o endocentrismo é uma característica imputada à comunidade chinesa ele não o é menos face ao agrupamento lusófono outrora estabelecido em Macau, facto assumido e lamentado pelas vozes por nós auscultadas.

No universo dos mais novos acharam-se contextos de disjunção inter-étnica constantes e a vocação endocentrada da população juvenil portuguesa

instalada em Macau nas duas últimas décadas pareceu-nos particularmente visível durante o período relativo à adolescência. A par do somatório de razões já salientadas entendemos que para este “processo centrífugo” (Cabral e Lourenço, 1993:71) de separação também contribuiu largamente a percepção de pertença a uma família étnico-cultural diferenciada, por contraste com os outros dois agregados tradicionais de Macau, principalmente o chinês. Ao determo-nos em torno dos atributos que compreendem as representações sociais construídas pelos jovens portugueses sobre os elementos das restantes comunidades, o adjectivo que mais se distingue na correspondente apreciação é o “diferente”. Uma significativa parcela dos adolescentes macaenses e chineses evidenciavam uma mentalidade e modos de estar diferentes (materialistas, exibicionistas, minuciosos, metafóricos, responsáveis, conservadores, supersticiosos), interesses culturais diferentes (sessões de espiritismo, karaoke), o estilo decorativo das casas que habitavam era diferente (simples, despreocupadas, pirosas), vestiam-se e adoptavam penteados diferentes. Herdaram um passado histórico diferente, sofreram processos de socialização ancorados em diferentes princípios, exibiam diferentes símbolos, cultivavam diferentes valores e padrões de conduta, comunicavam numa língua diferente, exprimiam-se em função de diferentes linguagens. Tais diferenças alimentavam a consciência étnica dos portugueses, fomentando situações luso-centrípetas.

É imprescindível salientar que para o seu afastamento face aos adolescentes chineses, muito colaborou a segregação espacial e simbólica a que ambos os grupos étnicos foram inicialmente sujeitos (mas também agentes) no universo escolar - Pina Cabral (1993:114) salienta o “papel do Liceu como uma instituição formadora de uma elite” - embora sejamos convidados a precisar a natureza de tal segregação, bem como a possibilidade de um aproveitamento dessa mesma conjuntura para cimentar as barreiras estruturalmente desenhadas.

Utilizemos um conjunto de anotações para especificar a presente ideia. Para os jovens lusos que frequentaram o já inexistente “Liceu velho” - Liceu oficial Infante D. Henrique, as hipóteses de intersecção com estudantes chineses não eram avultadas atendendo à preferência destes por escolas de ensino chinês, públicas ou privadas. Contudo, tendo havido alguma representação chinesa nesse estabelecimento, ela parece ter sido largamente ignorada pelos entrevistados que a desmentem. Invisibilidade sinófono derivada de um lusocentrismo desmesurado ou da frequente identificação equivocada dos colegas chineses com os macaenses - são muitos os “lusó-chineses” que falam cantonense e apresentam uma dominância de traços fisionómicos asiáticos, “vivendo num meio cultural virado essencialmente para a cultura chinesa” (Cabral e Lourenço, 1993:175). Os que apesar disso testemunharam tal comparência assinalaram a constituição de grupos etnicamente demarcados, atestando o carácter distanciado do relacionamento entre os núcleos estudantis lusófono e sinófono.

Em 1985, quando foi construído o chamado Complexo Escolar de Macau com vista a integrar num só bloco o ciclo preparatório, o secundário unificado e complementar, a par da vertente Luso-Chinesa (para alunos chineses e alguns macaenses), o convívio inter-étnico via-se na eminência de desabrochar, sendo que a proximidade física, requisito à sociabilidade real, encontrava-se promovida mais manifestamente. Pelo menos ali decrescia as probabilidades dos adolescentes chineses serem invisíveis aos olhos dos portugueses.

Detectámos, no entanto, que essa aproximação espacial foi bastante artificial, pois foram projectados claustros distintos para as facções portuguesa e luso-chinesa: ambas dispunham de salas de aula, cantina e bar autónomos, funcionando como recintos independentes apenas ligados por corredores. Não obstante a liberdade outorgada aos alunos de transitar por todo o estabelecimento escolar, paralelamente à partilha de anfiteatros, pavilhões gimnodesportivos e de uma ampla zona de recreio - potenciais áreas de contaminação intercultural - a quase automática associação dos diferentes grupos étnicos a espaços

específicos, apresentou-se-nos como mais um indicador de afastamento. Segregação fisicamente transponível já que objectivamente nada impedia os estudantes portugueses de frequentar a cantina da extensão luso-chinesa e vice-versa, bem como os restantes locais de circulação, mas psicológica e socialmente intransponível pois não eram muitos aqueles que atravessavam as fronteiras ocultas pelos próprios instituídas.

A acentuar a separação entre os inscritos nas escolas portuguesa e luso-chinesa integradas no Complexo Escolar de Macau sobressaíam ainda as dessemelhanças das respectivas estruturas educativas – o idioma base de aprendizagem era para a primeira o português e para a segunda o chinês (embora nesta os programas curriculares incluíssem as disciplinas de língua portuguesa e história de Portugal)<sup>17</sup>; o tempo de permanência na escola era bastante mais extenso para os alunos da luso-chinesa que aí jaziam todo o dia, ao contrário dos do Liceu Infante D. Henrique cujas aulas estavam condensadas no período da manhã; a obrigatoriedade do uso de uniforme aplicou-se somente aos estudantes da Luso-Chinesa, na medida em que a tentativa de o alastrar aos portugueses, possivelmente com o intuito de promover uma maior homogeneização daquela população e contribuir para o despertar de uma identidade partilhada por todos os inscritos no Complexo Escolar de Macau, saiu completamente gorada com o sucesso da “guerra contra as fardas” alcançado pelos alunos do liceu português.

Encontramo-nos, assim, em condições de concluir que a agregação da população estudantil de diversas pertenças étnicas num único edifício, se necessária, não foi suficiente para estimular a criação de sentimentos identitários transversais à generalidade dos agentes presentes, nem tão pouco capaz de diluir os múltiplos factores de distanciamento evidenciados, cooperando, inversamente para os expor e expandir com maior veemência, como comprovam os “duelos” juvenis iniciados na escola e prolongados no Jardim de São Francisco que opuseram portugueses e macaenses do Liceu Infante D. Henrique, associando-se a estes últimos alguns luso-descendentes e chineses da escola contígua.

Constou-nos que em 1988, a conversão do distanciamento cultural entre os adolescentes das três principais comunidades instaladas no território em desentendimentos inter-étnicos (mais do que interpessoais) atingiu o cume máximo. Instigadas por pretextos vários (namoradas, motas, indumentárias e outros) as ofensas orais descambaram em conflitos físicos programados de portugueses versus macaenses e chineses de 14 e 15 anos, autênticas batalhas campais com local e hora marcada. Embora tais provocações encontrem parte dos seus fundamentos explicativos na rebeldia comportamental inerente àquela fase da vida, não deixam de transparecer, em adição à necessidade de exaltação de um modo de estar juvenil, uma afiliação étnica ou comunitária obstinada e evidente, capaz como sugere Les Back (1996:75) de demarcar os que estão incluídos e excluídos nos e dos correspondentes grupos de pertença.

Na óptica dos jovens com quem dialogámos, três deles testemunhas oculares de tais confrontos, a fricção patente no interior da comunidade estudantil era essencialmente originada pelos macaenses. Padecendo de uma intensa

---

<sup>17</sup> Mesmo reconhecendo a extrema dificuldade na aprendizagem do cantonense (estima-se que para ler um jornal é necessário conhecer de 2 a 3.500 caracteres), caso a máquina governativa de Macau tivesse estabelecido como alvo prioritário a promoção da interculturalidade (intercâmbio cultural e permuta de saberes), o sistema de ensino português naquele território haveria fornecido aos seus alunos a possibilidade de aprender chinês, por meio da introdução dessa disciplina nos currículos escolares – ainda que optativa - o que não aconteceu. Poder-lhes-ia ter igualmente oferecido a oportunidade de aceder de um modo estruturado e sistemático à compreensão da realidade que habitavam, despertando-lhes a curiosidade para os traços mais significativos da cultura chinesa, facto também não concretizado. Compreensão que teria sido indispensável para apreender as grelhas normativas chinesas, para o esclarecimento dos modos de vida, hábitos, crenças e tradições dessa população e, sobretudo, para contornar os múltiplos obstáculos a uma aproximação transcultural efectiva e duradoura.

confusão e indefinição identitária porque orientados por uma pluralidade de referências (prioritariamente portuguesas e chinesas) muitas vezes discordantes, viviam o estigma da dupla exclusão luso-sinófona: os que estudavam na Escola luso-chinesa, se bem que incluídos na facção chinesa não sentiam pertencer-lhe totalmente; os que frequentavam o Liceu Infante D. Henrique ainda que mais próximos da cultura portuguesa estavam cientes da limitação dos vínculos com ela estabelecidos - as sérias dificuldades enfrentadas por um não desprezível número de macaenses ao nível de domínio do português e a proibição de conversações em cantonense imposta pela regulamentação escolar motivava-os a fechar-se no seu próprio círculo social. Por outro lado, a consciência de integrarem a facção genuinamente natural de Macau, com a conseqüente inclinação para a afirmação de um domínio local ou territorial, paralelamente à convicção da utilidade das suas competências como futuros agentes de intermediação<sup>18</sup> luso-chinesa compelia-os a convencer-se e alimentar uma postura de superioridade, possivelmente para aligeirar o complexo de inferioridade ou singularidade negativa imputada pelos corpos juvenis portugueses.

Estes, por seu turno, comungavam de idêntico espírito dissensual e intolerante não apenas decorrente da respectiva condição de adolescente, mas também de uma série de outras variáveis correlacionadas quer com o grupo étnico de referência, quer com o posicionamento detido na estrutura social de Macau. O facto de gozarem de um estatuto de elite, uma vez que estavam inseridos na comunidade representativa do poder administrativo do território; dos pais de muitos deles serem das mais distintas personalidades da sociedade no seu todo ou indivíduos com um forte poder simbólico dada a ocupação de cargos profissionais de prestígio; de possuírem níveis de capital económico assaz elevados por comparação com a generalidade da população residente, favoráveis a um estilo de vida extremamente hedonista, oferecia-lhes sensações de protecção desmedidas, incitando-os, por vezes, ao desenvolvimento de uma postura algo presunçosa face aos excluídos de tais benefícios, atitude que certamente exasperava sobretudo os adolescentes macaenses de quem estavam cultural e espacialmente menos distantes.

É importante frisar que os conflitos físicos assinalados foram episódicos, não reflectindo os quotidianos do meio estudantil de Macau. Não deixam apesar disso de insinuar um certo mal estar inter-étnico camuflado no decorrer da longa presença lusitana no território, o que leva um dos entrevistados a falar numa “coexistência forçada” (nós diríamos antes, acomodada) das três comunidades até há bem pouco tempo proeminentes naquela cidade, mutuamente dependentes e ancoradas numa “coreografia pautada de cinismo”.

Verificámos ainda que a coesão grupal das crianças, adolescentes e jovens oriundos de Portugal alimentava-se e solidificava-se quotidianamente, em virtude da proximidade gerada pelos múltiplos e idênticos contextos de intercepção pelos quais deambulavam: a escola, os espaços de lazer e não raras vezes os edifícios habitacionais. Como referiu um dos agentes abordados, enquanto em Portugal as redes de amizade desmultiplicavam-se por campos precisos e compartimentados sem que houvesse permutas inter-grupais, daí que os amigos da escola, do bairro, das actividades desportivas e das férias não se misturassem, pelo contrário, eles apresentavam-se em Macau como “uma e a mesma coisa”. Para além disso e dado o diminuto número de portugueses presentes no território era frequente os pais conhecerem-se de vista dos múltiplos locais de referência partilhados como o Clube Militar, a pastelaria Bolo de Arroz, o restaurante “Fernando”, serem colegas de trabalho ou estarem ligados por fortes afinidades

<sup>18</sup> Os cargos intermédios da Administração eram preenchidos por uma importante franja de macaenses, agentes com um papel de destaque na mediação do relacionamento dos portugueses - detentores de uma assinalável quota dos lugares mais distintos - com os chineses, socialmente excluídos desse aparelho político (Cabral e Lourenço, 1993:178).

aos dos amigos, contribuindo mais ainda para o estreitamento dos relacionamentos intra-étnicos estabelecidos, de teor íntimo e familiar.

O florescimento de tal intimismo com agentes da comunidade macaense e chinesa foi incomum e praticamente invisível em Macau, de acordo com a realidade construída pelos agentes interpelados. Não obstante as intercepções regulares com “lusó-descendentes” dentro da sala de aula terem levado um pequeno segmento dos elementos pertencentes à comunidade portuguesa a não tomá-los como o “outro”, pois estavam “mesmo ali à beira”, apurámos não haver uma ampla receptibilidade à sua inclusão integral nos grupos de referência lusófonos, já que os programas diários e nocturnos de diversão extra-escolar, os passeios de fim de semana, as idas a Hong Kong e algumas viagens de férias realizadas pelos adolescentes portugueses raramente incluíram compinchas de etnia diferente da sua. Os seus melhores amigos foram sempre conterrâneos.

Não queremos menosprezar situações de excepção que diluindo barreiras e superando fossos geraram laços, certamente coesos e duradouros, sendo os macaenses testemunhos dessas ligações. No entanto e sem o intuito de etiquetar as posturas dos representantes lusófonos que passaram por Macau no que respeita ao povo e à cultura chinesa enfatizada naquela cidade, apercebemo-nos de um dominante estatuto de “outsiders”, uma vez que a inserção alargada e profunda dos adolescentes, jovens ou adultos portugueses no universo circundante não se impunha como uma necessidade e a assimilação dos respectivos padrões de referência menos ainda. Estavam conscientes da sua identidade portuguesa, sabiam de onde provinham os códigos culturais pelos quais se orientavam, tinham a possibilidade de dar continuidade, na sociedade hospedeira, à afirmação da expressividade das matrizes de representação transportadas, dispunham dos requisitos essenciais para fomentar e sublinhar a sua pertença étnica no âmbito de um contexto cultural distinto do anteriormente habitado: exprimiam-se na língua da sociedade de partida, sendo esta um dos idiomas oficiais da sociedade de chegada; os campos laboral e educativo em que foram integrados continham bases estruturais idênticas aos de Portugal; a presença de um número significativo de conterrâneos activava a criação de circuitos de sociabilidade intra-grupais e promovia o desenvolvimento de sentimentos de protecção pessoal e social, fundamentais a uma adaptação facilitada; o poder simbólico de que dispunham, em virtude da distintividade intrínseca aos capitais evidenciados (económico, cultural, social e simbólico, fundamentalmente), proporcionava-lhes a conquista de um lugar deveras privilegiado no seio do conjunto populacional residente em Macau; encontravam-se de passagem, tentando aproveitar à sua maneira a oportunidade de viver fora do país de origem, sabendo que tal experiência, mais cedo ou mais tarde, iria ter o seu fim.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

**ALLINSON**, Robert E. et al, *Understanding the Chinese Mind*, Oxford University Press (China), Hong Kong 1991

**ALMEIDA**, João Ferreira, **COSTA**, António Firmino, **MACHADO**, Fernando Luís, “Famílias, Estudantes e Universidade – Paineis de Observação Sociográfica” in *Sociologia Problemas*, nº4, 1988

**AMARO**, Ana Maria, *Filhos da Terra*, Instituto Cultural de Macau, Macau, 1988

**AMARO**, Ana Maria, *O Final dum Ciclo de Esperança*, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Lisboa, 1997

**AMARO**, Ana Maria, **JUSTINO**, Carlos (Coord.) *Estudos sobre a China*, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Lisboa, 1998



**CABRAL**, João Pina, **LOURENÇO**, Nelson, *Em terra de Tufões, Dinâmicas da Etnicidade Macaense*, Instituto Cultural de Macau, 1993

**COELHO**, Beltrão, **JORGE**, Cecília, *Medicina Chinesa*, Instituto Cultural de Macau, Dezembro de 1988

**CÓNIM**, Custódio N.P.S, **TEIXEIRA**, Maria Fernanda Bragança, *Macau e a sua População 1500-2000 - Aspectos demográficos, Sociais e Económicos*, 1998

**LES BACK**, *New Ethnicities and Urban Culture - racisms and multiculturalism in young lives*, UCL Press Limited, London, 1996

**SANTOS**, Boaventura Sousa, **GOMES**, Conceição, *Macau - o Pequeníssimo Dragão*, Edições Afrontamento, Porto, 1998

**SERVIÇOS DE ESTATÍSTICA E CENSOS DE MACAU, INTERCENSOS96 – Resultados Globais**, Macau, 97